

O Governo Fascista DESMASCARADO

A manobra pseudo-democrática que Salazar ensaia desde 1945 não é devida ao acaso. Ela resulta das grandes dificuldades políticas levantadas à ditadura fascista pela luta activa do nosso povo pelas suas reivindicações económicas e políticas, pela derrota dos exércitos nazi-fascistas na segunda guerra mundial e pela firme decisão dos povos democráticos de varrer da face da terra as raízes apodrecidas da reacção e do fascismo, que alimentam hoje a ameaça duma terceira guerra mundial. O rotundo fracasso desta manobra pseudo-democrática do salazarismo foi fundamentalmente devido, até agora, à existência de uma sólida unidade entre todos os democratas portugueses e à justa posição que estes souberam tomar em relação aos actos eleitorais de 18 de Novembro de 1945 e de 13 de Fevereiro de 1949. Isto tornou-se possível porque a clara e inequívoca orientação do Partido Comunista Português permitiu conjugar os esforços de todos os anti-fascistas e desmascarar o jogo divisionista do inimigo, ao mesmo tempo que permitiu transformar a ardida tentativa de sobrevivência do salazarismo em importantes e decisivas vitórias das forças democráticas nacionais. Foi devido à acção orientadora e dinamizadora do Partido Comunista Português que o salazarismo foi irremediavelmente batido no «seu próprio terreno» — o terreno das eleições — e que a unidade dos democratas portugueses saiu temperada na acção vivificadora das massas populares, ao passo que os falsos democratas, agentes do inimigo, foram desmascarados e escurraçados do campo democrático e atirados para o seu verdadeiro campo — o campo do fascismo.

A linha de divisão entre aqueles que estão com o povo e os que estão contra ele é hoje perfeitamente clara. Dam tudo estão um reduzido punhado de traidores à pátria — os salazaristas — a que se juntaram algumas ovelhas desgarradas do campo democrático; do outro está a grande massa da nação que, à volta do MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO, aspira à liberdade e à independência da pátria. Esta é a grande realidade política nacional que envolve a nova «luta eleitoral» que o salazarismo prepara e que deve nortear a acção de todos os verdadeiros democratas portugueses.

OS FASCISTAS TEMEM O POVO

É porque teme o povo, porque receia a sua força, que o salazarismo atrepeu mais uma vez a sua própria constituição adiando as eleições para as Juntas de Freguesia e modificando a sua própria «lei eleitoral». Por medo ao povo os salazaristas riscaram dos cadernos eleitorais todos os cidadãos suspeitos de democracia, intensificaram a sua ofensiva terrorista contra os melhores filhos e filhas do povo português e procura rodar de todas as precauções a sua última possibilidade de manobra pseudo-democrática — a eleição de deputados para a Assembleia Nacional. O fascismo adiou as eleições para as Juntas de Freguesia porque estas proporcionariam uma intensa movimentação das populações locais pelas suas aspirações mais sentidas, proporcionariam uma extensão nacional da luta das massas populares em volta do candidato à oposição, trariam ao decimo as arbitrariedades e jactâncias «eleitorais» do salazarismo e comprometeriam, na altura menos conveniente para ele, toda a possibilidade pseudo-parlamentar. O adiamento das eleições para as Juntas de Freguesia mostra claramente a impotência do salazarismo para enfrentar as forças da oposição «no seu próprio terreno» e revela uma vez mais as verdadeiras intenções que animam o governo de Salazar, ao mesmo tempo que constitui um significativo aviso às «ingenuas» ovelhas da «5ª. Força» pro-fascista — a União Democrática Portuguesa.

OS OPORTUNISTAS ANTE A ENCRUZILHADA

Depois da modificação da «lei eleitoral» fascista de 4 de Outubro último, apenas dois caminhos se oferecem aos oportunistas da chamada «5ª. Força»: ou assinam o auto de submissão à «ordem estabelecida», isto é: A ORDEM FASCISTA e arrancam definitivamente a máscara de democratas concorrendo incondicionalmente às «eleições-burla» de

deputados, ou arrripam resolutamente caminho repudiando a política de conciliação com o fascismo e integrando-se na justa orientação do MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO. Só duas alternativas se abrem aos transfugas da União Democrática Portuguesa — ou regressarem ao seio da Unidade donde voluntariamente saíram, mantendo as forças oposicionistas, ou ficarem definitivamente à «beira da estrada», isolados, cobertos pela desonra e pela implacável condenação do nosso povo».

SEM CONDIÇÕES MÍNIMAS NÃO HAVERÁ CANDIDATOS!

Para as massas populares o caminho está traçado desde a primeira hora — a luta intransigente pelas «CONDIÇÕES MÍNIMAS», ou sejam: UM NOVO RECONHECIMENTO ELEITORAL, LIBERDADE DE PROPAGANDA E DE ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA E FISCALIZAÇÃO DO ACTO ELEITORAL. Sem a garantia prática destas três condições mínimas não será apresentada nenhuma lista de candidatos democratas às eleições de deputados. E, pois, para a conquista das três condições mínimas que deve orientar-se a acção fundamental e imediata do MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO e de todos os verdadeiros democratas portugueses. Os camponeses já demonstraram suficientemente o valor da sua contribuição para ocuparem o lugar que lhe compete na luta nacional pelas liberdades democráticas. As massas camponesas devem aproveitar as mais magras possibilidades de luta legal arrancadas ao salazarismo para reorganizarem as suas comissões, para fortalecer entre os camponeses o MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO estreitando a sua unidade com todos os democratas consequentes, principalmente com a classe operária, e para levarem por diante a luta pelas suas reivindicações fundamentais e imediatas — a liquidação do desemprego nos campos e o estabelecimento de uma jornada compatível com o custo da vida; a abolição das dívidas, a concessão de créditos baratos e a longo prazo e a garantia dum preço compensador para os seus produtos, para a pequena e média lavoura arruinadas. Ao mesmo tempo, cada comissão camponesa, cada democrata do campo deve enviar as autoridades fascistas protestos contra o adiamento das eleições para as Juntas de Freguesia e exigir a sua realização imediata. Por outro lado, a «CONQUISTA DA RUA» tem de ser feita pela acção conjugada de todos os camponeses que amam a Democracia e ela constitui um importante «passo em frente» que corresponde inteiramente às necessidades e condições presentes da luta do nosso povo pelas liberdades democráticas. A realização de manifestações, reuniões e comícios não pode estar dependente da autorização legal do fascismo — ela tem de ser arrancada e imposta pela força do movimento popular, pela acção unida de todos os camponeses e camponesas



ORGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES

ESTA TERRA É NOSSA!

Os agrários que a larguem!

Diante da luta porfiada dos camponeses e camponesas do Alentejo por «PÃO E TRABALHO», o salazarismo foi obrigado a promover medidas imediatas para aliviar a fome camponesa. A sensível diminuição do desemprego rural, verificada no último mes, representa uma grande vitória das massas camponesas contra a exploração salazarista. Essa vitória é tanto mais importante, porquanto ela foi obtida contra a tenaz resistência do governo de Salazar e dos grandes agrários alentejanos. Uma outra

conclusão importante que devemos tirar deste mes de lutas vitoriosas é a de que mais uma vez ficou demonstrada a incapacidade do regime salazarista para solucionar com justeza os graves problemas que afetam as massas camponesas. A solução salazarista da crise de trabalho, longe de satisfazer os interesses das mais largas massas do campo provocará num próximo futuro um novo agravamento do desemprego e da fome camponesa e agudizará mais ainda a difícil situação da pequena e média lavoura alentejana. O governo de Salazar, que não dispunha quaisquer verbas para a abertura de trabalhos públicos nas regiões afectadas pela crise ou para pagamento de subsídios aos desempregados e suas famílias, atirou principalmente para cima dos pequenos e médios rendeiros e proprietários os encargos do emprego da mão de obra camponesa. Se tivermos em conta a situação ruinosa criada à pequena e média lavouras pela política agrária anti-nacional do salazarismo, e que a maior parte dos agricultores não recebeu ainda o produto das suas colheitas, já há muito requisitadas pelos Grémios fascistas, poderemos calcular as dificuldades da pequena e média lavouras para fazerem face aos novos encargos que lhes são impostos pelo governo de Salazar. Por isso os interesses dos pequenos e médios lavradores estão ligados aos dos camponeses assalariados e não aos dos grandes lavradores. Os grandes agrários que têm uma responsabilidade fundamental na ruína política agrária do salazarismo, procuram, porém aprovei-

O POVO PORTUGUES Quere a Paz

No dia 2 de Outubro, «Dia Universal da Paz», todos os povos amantes da liberdade e da democracia afirmaram em potentes manifestações de massas a sua firme decisão de defender a causa da Paz. Os partidários da Paz, os milhões de homens e mulheres simples do mundo mostraram o seu ardente desejo de viver em Paz e apontaram aos povos livres quem são os ateadores duma nova guerra — os belicistas norte-americanos. No nosso país o «Dia da Paz» decorreu em pleno reinado de terror fascista. No Portugal salazarista as afirmações de paz do nosso povo são sufocadas pelos bandoleiros que detêm o poder e consideradas como «actividades subversivas». Contudo, o nosso povo ama a Paz e nem a vontade de Salazar, nem o terror fascista consegue abafar o intenso desejo de todos os portugueses e portuguesas de viver em paz e em liberdade no convívio das nações. Milhares de manifestos e de inscrições murais surgiram por todo o país assinalando a passagem do «Dia da Paz», apesar da repressão salazarista. A luta pela Paz, tem porém, de continuar sem desfalecimentos. As mães esposas e noivas camponesas têm um grande papel a desempenhar na luta contra a política de guerra do governo de Salazar, pois a juventude camponesa, a mais numerosa, seria a carne de canhão duma futura guerra. O POVO PORTUGUES QUERE A PAZ E CONQUISTA-LA-A!

CONTINUA PAG. = 2 =

MILITÃO

Torturado Selvaticamente

O bando de selvagens assassinos da P.I.D.E. é a mais fiel expressão do odioso regime fascista que há mais de 25 anos ensanguenta a nação. Falar do regime salazarista é falar da opressão e da traição à pátria, do terror da P.I.D.E., das masmorras e dos campos de concentração, é falar, enfim, da tortura e do assassinato dos melhores filhos do povo. Neste momento os criminosos da P.I.D.E., sob as ordens directas do nazi Cancela d'Abreu, preparam-se para acrescentar à já longa lista dos seus crimes, o assassinato de mais dois destacados dirigentes anti-fascistas — MILITÃO BESSA RIBEIRO e ALVARO CUNHAL. Militão Ribeiro foi cruelmente espancado até perder a razão e mesmo assim continua a ser barbaramente torturado pelos esbirros de Salazar. O

fascismo prepara-se para exterminar a vida preciosa desses grandes patriotas que souberam manter-se honradamente dignos da grande causa do povo, negando-se a prestar quaisquer declarações ao inimigo. Camponeses e camponesas! Homens e mulheres honrados do nosso povo! Não podemos consentir que os criminosos da P.I.D.E. roubem à causa da nossa libertação as vidas preciosas desses dois grandes valores nacionais. Enviemos cartas e protestos a Salazar, a Carmona, a Cancela d'Abreu e a todas as autoridades fascistas, exigindo imediato internamento de Militão num sanatório, a completa comunicabilidade e a libertação de todos os anti-fascistas presos. Responsabilizemos por mais este crime, todo o governo, Agostinho Lourenço, Catela, Gouveia, etc.

A LUTA VITORIOSA DOS CAMPONESES

Levou à diminuição do desemprego e da fome nos campos!

CONTRA AS MANOBRAS DO SALAZARISMO E DOS AGRÁRIOS FASCISTAS PREPAREMOS

NOVAS LUTAS!

A unidade das massas camponesas, a sua firmeza na luta e a justa orientação que souberam seguir nas suas acções contra a fome e o desemprego e contra a política de miséria do salazarismo, permitiram aos camponeses do Alentejo e do Ribatejo obter uma grande vitória sobre os exploradores fascistas. Graças à sua luta tenaz, algumas vezes enfrentando corajosamente a força armada, os camponeses e camponesas alentejanos conseguiram fazer recuar a ofensiva combinada dos grandes agrários fascistas e do governo de Salazar contra os trabalhadores e obrigaram-nos a promoverem medidas que, de momento, trouxeram um alívio da fome camponesa e uma sensível diminuição do desemprego nos campos. Esta grande vitória das massas camponesas confirmou a justeza do caminho apontado num manifesto publicado pelo Partido Comunista Português. Dizia esse manifesto: «podem os fascistas promover medidas imediatas para atenuar os efeitos da crise e aliviar a fome camponesa? Sim, desde que a isso os obriguemos, desde que todos nós, famintos e explorados dos campos do Alentejo, UNIDOS COMO OS DEDOS DA MÃO, LEVEMOS A LUTA A TODOS OS CANTOS DA TERRA ALENTEJANA!»

A situação, passado um mês de lutas vitoriosas dos camponeses e camponesas do Alentejo e do Ribatejo, comprova pela acção viva dos trabalhadores que esse era o único caminho justo a seguir. Novas lutas das massas camponesas revelam a sua disposição de não adormecerem sobre os êxitos conquistados, pois a situação longe de estar resolvida a contento dos trabalhadores exige cada vez mais firmeza e vigilância em relação às medidas salazaristas.

Em PENEDO GORDO depois de várias concentrações dos camponeses junto da Casa do Povo, do Governador Civil de Beja e do delegado do I.N.P., apareceram 5 guardas da G.N.R. a recolher assinaturas dos desempregados garantindo-lhes que dentro de 2 dias haveria trabalho para todos. Como porém tudo ficasse na mesma, todos os desempregados voltaram a concentrar-se na Casa do Povo exigindo providências. Alarmados com a agitação dos camponeses os agrários mandaram distribuir a cada pessoa 10 quilos de farinha e deram 2 dias de trabalho contando com isto abrandar a luta dos trabalhadores. Mas estes acoçados pela fome juntaram-se todos e assaltaram em massa os meloais e vinhas, só dos grandes agrários, apesar da oposição de alguns guardas armados. Apareceu uma força comandada por um tenente que os ameaçou ao mesmo tempo que lhes prometeu resolver a situação. Só alguns dias mais tarde os camponeses foram convocados para a Casa do Povo afim de serem distribuídos pelos lavradores. Como estes só quizessem dar trabalho aos que eram sócios da Casa do Povo

ESTA TERRA É NOSSA

(FIM)

tir-se do seu descontentamento para os atrair para o campo dos seus interesses parasitários. Numa reunião realizada nesse covil da reacção agrária que é a Associação Central da Agricultura, os grandes lavradores fascistas, arrogando-se falsamente a representação de toda a lavoura, propuseram-se liquidar o desemprego nos campos pela liquidação dos desempregados. Para isso enviaram ao governo fascista uma representação onde pediam que os camponeses sem trabalho fossem atirados para a África, para a Espanha franquista ou para as regiões industriais do país onde já existem milhares de operários portugueses sem trabalho.

Camponeses e camponesas! Preparemo-nos para responder pela luta a mais esta manobra dos grandes lavradores fascistas. Façamos concentrações nas Casas do Povo e enviemos representações e abaixo-assinados às autoridades, aos reaccionários da Associação Central da Agricultura e aos jornais, protestando contra as medidas propostas pelos bandidos que nos exploram! Tais medidas seriam também contra os interesses dos pequenos e médios agricultores pois na repartição da mão de obra camponesa que restasse as suas necessidades seriam subordinadas às dos grandes lavradores.

Se os nossos protestos não forem ouvidos e os fascistas nos quiserem arrancar das nossas terras pela força então organizemos a nossa resistência em massa e recusemo-nos a abandoná-las. A terra alentejana está adubada com o nosso suor! Ela é nossa por direito! Quem está a mais nela são os grandes agrários e nós os arrojaremos dela como parasitas daninhos!

e tivessem a cotização em dia, que eram em reduzido número em relação à massa dos desempregados, todos os trabalhadores se recusaram a aceitar aquelas condições. 2 dias depois todos os desempregados foram distribuídos. Nesta mesma altura os camponeses exigiram que fosse lido e discutido o contrato colectivo de trabalho e impuseram que o horário das 8 horas solares fosse contado a sair do lugar ao romper do sol e a chegar ao lugar ao sol-posto. Ao mesmo tempo os camponeses de Penedo Gordo elegeram uma comissão que se dirigiu a Beja, ao delegado do I.N.T. reclamando o aumento da jorna estabelecida no contrato colectivo.

Em MONTEMOR-O-NOVO cerca de 300 desempregados fizeram uma concentração junto da Câmara reclamando pão e trabalho. No decorrer desta acção, 50 camponeses de S. CRISTÓVÃO munidos duma carta do regedor da sua freguesia para o presidente da Câmara reclamando providências, juntaram-se aos seus camaradas de Montemor unindo-se nas suas reivindicações. Em resultado da sua unidade todos os desempregados foram distribuídos com uma jorna de 18\$00. Como porém ao fim de 4 semanas o trabalho tivesse terminado mais de 250 camponeses de Montemor e S. Cristóvão fizeram uma nova concentração na Casa do Povo sendo logo ali distribuídos 750. Depois de novas concentrações na Casa do Povo e na Câmara todos foram distribuídos pelos lavradores.

Na ALDEIA DOS ALVADOS (Alcácer) como um lavrador quizesse despedir um trabalhador sem razão, apenas para poupar uma jorna, todos os camponeses da herdade se recusaram a trabalhar sem que o seu camarada fosse readmitido. Ante a unidade dos camponeses o patrão teve de ceder e readmitir o trabalhador despedido.

Em Ermidas (Aldeia), na herdade do Rôxo, graças à sua unidade e firmeza, as camponesas que andavam na descamisada do milho conseguiram a jorna de 10\$00 como nos anos anteriores contra a manobra do feitor que lhes queria dar a descamisada de empreitada a 8\$00 cada taipalada de milho, o que lhes daria uma jorna baixíssima. Também como o managerio quizesse levá-las a entregar ao nascer do sol contra o que tinham estabelecido de entregar com meia hora de sol, todas as camponesas se recusaram

a isso acabando por vencer.

Em FOROS DA BRANCA (Coruche) um rancho de camponeses daqui e de S. TORCATO que andavam a arrancar cortiça e a cortar sobreiros pela jorna de 20\$00, por conta do negociante Manuel Moleiro, da Salgueirinha, recusaram-se a trabalhar de empreitada a 3\$50 a arroba de cortiça. Na semana seguinte o explorador Manuel Moleiro foi à praça, mas como todos os trabalhadores recusassem trabalhar naquelas condições não teve outro remédio senão contractar os mesmos com a jorna de 20\$00.

Em CANHESTROS (Ferreira do Alentejo) 80 camponeses desempregados concentraram-se na Casa do Povo reclamando trabalho. Em resultado desta acção foi declarada aberta a crise de trabalho e todos os trabalhadores foram distribuídos pelos lavradores.

Em BRINCHES os agrários com receio de novas distribuições de desempregados despediram 80 camponeses. Estes concentraram-se na Casa do Povo reclamando providências. Devido à sua acção foram de novo todos distribuídos pelos lavradores não pela jorna de 14\$00 que antes ganhavam mas por 18\$00.

Em BALEIZÃO 110 camponeses que andavam por conta da Casa do Povo foram despedidos. Ao terem conhecimento disto abandonaram a obra e vieram concentrar-se na Casa do Povo afirmando que iam a Beja se a sua situação não fosse resolvida. Graças à sua unidade todos conseguiram de novo trabalho. Mais tarde voltaram a concentrar-se na Casa do Povo exigindo uma jorna de 20\$00. Os camponeses de Baleizão continuam na disposição de lutar até ser satisfeita esta reivindicação.

Em PEDRÓGÃO (Vidigueira) os desempregados concentraram-se na Casa do Povo reclamando pão e trabalho. Os lavradores fascistas atemorizados com a acção dos camponeses refugiaram-se em casa mas todos os camponeses conseguiram trabalho.

Em CUNHEIRA (Chança) 40 desempregados dirigiram-se ao cabo-chefe reclamando providências. Este escreveu uma carta ao presidente da Câmara de Alter do Chão, que foi lida em voz alta e aprovada pelos camponeses, pedindo solução para a situação dos desempregados. Depois desta acção todos os trabalhadores foram distribuídos pelos lavradores. O agrário fascista José António de Rosa não queria receber os 12 camponeses que lhe cabiam mas estes sentaram-se-lhe à porta e não arredaram dali sem ele lhes dar trabalho, o que conseguiram, não pela jorna de 15\$ que o lavrador oferecia mas por 16\$00 como exigiram.

Também em CHANÇA (Gare), na herdade do Pereiro, o proprietário fascista dr. Jorge da Fonseca Bastos, a quem foi distribuído um rancho de 30 desempregados, quiz impor-lhes trabalho de empreitada em condições de miserável exploração. Todos os camponeses se recusaram a trabalhar naquelas condições e exigiram o trabalho de jorna a 16\$00. Como aquele fascista se recusasse a pagar-lhes os trabalhadores dirigiram-se a Casa do Povo que lhes pagou a jorna pedida e a mandou cobrar ao Jorge da Fonseca.

No ramal da estrada REDONDO-MONTOITO onde trabalham cerca de 300 trabalhadores estes elegeram uma comissão de unidade que se avistou com

o engenheiro-director reclamando um quartel de enrega à segunda-feira e outro de desferira a sábado, o que conseguiram.

Em SANTIAGO MAIOR 50 camponeses desempregados concentraram-se junto da Câmara de Alandroal exigindo trabalho, tendo quase todos conseguido trabalho.

Em PIAS, depois de várias concentrações na Casa do Povo, os camponeses conseguiram trabalho não pela jorna de 14\$00 estabelecida nas cartas de distribuição mas pela de 15\$00 reclamada por eles. Os camponeses de Pias estão reclamando junto dos lavradores e da Casa do Povo uma jorna de 20\$00.

Em MERTOLA 30 camponeses foram contractados pela Câmara para tirar areia do Guadiana. Já no local de trabalho tiveram conhecimento de que a jorna era de 15\$00 pelas oito horas de trabalho. Então todos se recusaram a trabalhar em tais condições pois assim teriam de trabalhar dois dias para ganharem um, dado que só era possível trabalhar 4 horas por dia durante a maré baixa. Concentrados junto da Câmara exigiram mais salário, tendo conseguido pela sua unidade uma jorna de 16\$00 por dia e por maré, ou seja, por 4 horas de trabalho diárias.

Na SALVADA (Beja) como a Casa do Povo não resolvesse o problema do desemprego mais de 70 camponeses resolveram ir à caça às grandes propriedades. De regresso com 140 peças apanhadas, seguiram ao caminho uma força da G.N.R. comandada por um alferes, armada de metrelhadora, que lhes apreendeu a caça com que contavam matar a fome nos seus filhos, prometendo-lhes contudo resolver a sua situação. Só alguns dias mais tarde, e quando os camponeses se preparavam de novo para caçar nas contadas dos grandes lavradores fascistas, foram abertos trabalhos e empregados todos os desempregados.

Em VALE DE VARGO, quando das lutas dos trabalhadores locais por pão e trabalho, o delegado do I.N.T. se deslocou lá para resolver a situação, o fascista capitão Francisco de Almeida, «o capitão-queijo» aos trabalhadores que tinham casa sua ou alguma pequena courela que se apresentavam a reclamar trabalho dizia que não precisavam de trabalho porque tinham bens. Indignadas por este procedimento as camponesas e os rapazes pequenos da aldeia juntaram-se à porta do «capitão queijo» e deram-lhe uma sova mestra. Como este miserável bufo se queixasse às autoridades, dois jovens foram presos e, apesar dos protestos da população, foram levados para Serpa pela G.N.R.

Camponeses e camponesas! Não podemos confiar nas promessas e nas medidas demagógicas do Salazarismo e dos grandes agrários. A nossa situação que de momento foi aliviada pela nossa luta entrará num novo período de agravamento depois da apanha da azeitona. As experiências ganhas no decorrer da nossa acção vitoriosa contra a política de miséria do Estado Novo, devem ser aproveitadas para novas acções mais potentes e melhor organizadas que teremos de travar para evitar que nossos filhos morram de fome. Continuemos com as nossas concentrações e manifestações junto das Casas do Povo, as autoridades fascistas e dos grandes lavradores; organizemos as nossas comissões de unidade camponesa e estreitamente unidos à sua volta lutemos pela satisfação das nossas reivindicações mais sentidas—PÃO E TRABALHO E UMA JORNA SUFICIENTE PARA FAZER FACE AO CUSTO DA VIDA.